

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES: CONEXÕES HISTÓRICAS

XVIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA,
VIII COLÓQUIO DO PPGH

ENTRE A FEMINILIDADE E O CONSERVADORISMO: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA REPRODUÇÃO DE GÊNERO

Júlia Pereira da Silva

Graduanda em História

Universidade Católica de Pernambuco

email: juh.pereira458@gmail.com

Giovana Mirelle da Silva

Pós-graduanda em História Contemporânea e Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

email: giimirelle@gmail.com

RESUMO: A presença atual de discursos em redes sociais que reforçam um padrão de gênero baseado na dicotomia entre homens e mulheres, reforçando características apresentadas dentro da concepção de feminilidade pensado pela sociedade, principalmente priorizando a ligação do papel da mulher ao papel de mãe, constitui o contexto de análise do presente trabalho. A pesquisa procura analisar a ascensão desses discursos, através das redes sociais, e a relação da disseminação dessas ideias com a onda conservadora observada no Brasil nos últimos anos. Com base nas abordagens de Judith Butler e Pierre Bourdieu, a análise busca compreender como as redes sociais amplificam essas visões, levando em conta as construções de gênero e o papel da performatividade na reprodução de discursos conservadores. O trabalho desenvolve-se a partir da análise de perfis e postagens presentes nas redes sociais, em conjunto com a produção acadêmica que versa sobre o tema em questão, visando interpretar o impacto dessas ideologias na juventude e a influência de valores tradicionais nas esferas digitais atuais.

Palavras-Chave: Gênero; Conservadorismo; Redes Sociais.

Introdução

O papel das redes sociais na construção e propagação do discurso conservador em relação ao papel da mulher é central na dinâmica contemporânea da comunicação digital. A ascensão das redes transformou radicalmente o cenário, criando espaços, no qual discursos e narrativas competem por visibilidade e legitimidade. Em meio a essa potência de interação e comunicação, plataformas como Twitter e TikTok destacam-se por disseminarem informações de maneira rápida e acessível. Essas redes atuam como arenas de disputa simbólica, onde a noção de espaço social de Bourdieu permite refletir criticamente sobre a posição dos agentes, determinada não só pelo capital econômico, mas também pelo cultural e simbólico, configurando identidades e influenciando a memória coletiva.

Nos últimos vinte anos, as redes sociais passaram de simples ferramentas de conexão para se tornarem verdadeiros pilares de um modelo de negócios orientado por dados, impactando profundamente as dinâmicas sociais e políticas globais. No Brasil, esse efeito foi especialmente intenso, refletindo uma polarização crescente que moldou a formação de uma juventude exposta, ao mesmo tempo, a ideais progressistas e ao ressurgimento de um conservadorismo cada vez mais ativo e acessível. Nesse cenário, as redes sociais também se consolidaram como espaços de mobilização social, canalizando a insatisfação e a voz de jovens que buscavam mudanças.

Em 2013, o Brasil vivenciou um momento marcante de insatisfação social, que mobilizou uma geração inteira de jovens. Um aumento de R\$0,20 na tarifa de ônibus foi o estopim para uma série de manifestações em massa, expressando um descontentamento que ia muito além do transporte público. Aquilo que começou como um protesto contra uma questão pontual rapidamente se transformou em uma onda de reivindicações sociais e políticas, revelando um sentimento de frustração com um sistema que, aos olhos da juventude, desconsiderava suas necessidades e sua voz.

Nesse contexto de insatisfação, novos discursos começaram a ganhar espaço, especialmente nas redes sociais. Páginas como *Quebrando O Tabu* surgiram para canalizar o desejo de mudança e a vontade dos jovens de questionar paradigmas sociais estabelecidos. As redes sociais se tornaram um campo fértil para discussões progressistas, oferecendo visibilidade para temas como direitos humanos, igualdade e justiça social. Essa plataforma de expressão ajudou a consolidar uma visão de mundo

que abarcava liberdade de identidade e de expressão, servindo como um canal para pautas como os movimentos *#ForaTemer* e *#EleNão*, que expandiram ainda mais o alcance das demandas progressistas.

No entanto, em 2018, essa realidade se viu desafiada pela eleição de Bolsonaro. Prometendo uma “renovação” do país, Bolsonaro trouxe para o centro do debate um discurso conservador que, até então, estava limitado a círculos reacionários específicos e raramente alcançava espaço na mídia ou na academia. Sua vitória representou uma mudança drástica para a juventude progressista, que agora enfrentava uma nova realidade política marcada pela ascensão de valores conservadores que contradiziam sua visão de liberdade de pluralidade.

O conservadorismo, que por muitos anos havia sido um movimento esparso e sem grande penetração política, finalmente encontrava força em uma plataforma nacional. Essa ascensão representava um desafio direto aos ideais progressistas, e o choque entre essas visões intensificou-se nas redes sociais. Plataformas que até então haviam servido como espaços de resistência e debate progressista passaram a amplificar também discursos conservadores que exaltavam valores tradicionais, limitando e questionando as pautas progressistas que vinham ganhando força.

Como observa Bourdieu (1983), “há uma proporção muito importante de pessoas que não leem nenhum jornal, que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações”. No contexto atual, o celular, com o acesso constante às redes sociais, ocupa esse papel, sendo a principal fonte de informação para muitos, o que torna a construção de visões de mundo altamente dependente das dinâmicas algorítmicas dessas plataformas. A proposta deste artigo, portanto, não é traçar uma linha do tempo do avanço conservador, mas compreender como as redes sociais se tornaram essenciais na disseminação e consolidação desses ideais, principalmente no que concerne ao discurso de feminilidade e do ser mulher. Mais do que meios de comunicação, as plataformas digitais intensificam a polarização e moldam as identidades políticas, especialmente entre os jovens. As “bolhas ideológicas” formadas nos algoritmos das redes segmentam os conteúdos, reforçando visões preexistentes e dificultando o diálogo entre ideologias opostas. Com isso, as redes sociais passaram de canais neutros a campos de disputa ideológica, onde o ideal de feminilidade conservadora se disseminou sob a máscara de empoderamento, enquanto o feminismo

progressista luta para expandir os conceitos de liberdade e diversidade de papéis femininos.

Este artigo explora como o poder simbólico é exercido na formação de identidades e na propagação de ideologias que moldam a consciência coletiva. O ideal de feminilidade nas redes expressa o embate entre conformidade e resistência, revelando-se um campo de disputa entre visões conservadoras e progressistas. A análise historiográfica das interações entre midiatização, construção de identidade e discurso conservador evidencia a influência desses fatores na formação de uma memória histórica e nas complexidades do espaço público digital.

A força conservadora no ideal da mulher

Sob a perspectiva progressista, a concepção de feminilidade é considerada uma visão limitada, que pode representar um retrocesso das conquistas feministas em termos de autonomia e igualdade. A concepção de feminilidade que será trabalhada nesta análise refere-se a um ideal de feminilidade dócil e comportada, que atribui às mulheres características como delicadeza, fragilidade e um comportamento suave e contido. Nesse modelo, espera-se que as mulheres gostem de coisas associadas à suavidade e à docura — meninas que gostam de rosa, de coisas fofas, que falam baixinho e que personificam uma imagem de pureza e obediência. Esse ideal projeta a feminilidade como um ápice a ser alcançado pelas mulheres, limitando-as a um papel que privilegia a docilidade e a conformidade.

Segundo Fraser (2019), o feminismo enfrenta desafios significativos quando princípios fundamentais de igualdade e representatividade são manipulados por forças conservadoras e interesses de mercado, tornando-se ferramentas que, em vez de subverterem, acabam por reforçar o status quo. Essa "feminilidade", sob o prisma do conservadorismo, não é vista como uma expressão de empoderamento autêntico, mas sim como uma reafirmação de padrões patriarciais. Ao idealizar a subserviência feminina, ela reduz as mulheres a características passivas e circunscritas ao espaço privado. Fraser aponta que essa adaptação transforma o feminismo em uma ferramenta flexível, utilizada muitas vezes para consolidar valores contrários à própria emancipação feminina.

Em conjunto, os enunciados que caracterizam a materialização do discurso conservador – frequentemente autoproclamado como cristão e verdadeiramente feminino – ajudam a compreender a análise de Pierre Bourdieu (2022) sobre a dominação masculina e a presença da violência simbólica.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (Bourdieu, 2022, p. 64).

Bourdieu argumenta que a construção social dos corpos, masculino e feminino, se baseia em um sistema de oposições consideradas naturais e subjetivas. Ele observa que “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (p. 22). Essa visão androcêntrica impõe-se como neutra, não necessitando de discursos que a legitimem (Bourdieu, 2022, p. 24). A dominação masculina se objetiva a partir de uma série de oposições: mulheres são frequentemente percebidas como mais baixas, frágeis, sensíveis e desajeitadas, enquanto os homens são vistos como altos, robustos, racionais e habilidosos, mulheres se saem melhor na esfera privada, sendo frequentemente vistas como mais dispersas, enquanto os homens são considerados dominantes na esfera pública e demonstram maior concentração. Essa relação circular entre objetividade e subjetividade torna essas percepções não apenas evidentes, mas também amplamente aceitas como normas sociais.

Assim, para que a dominação masculina se mantenha, é necessária a imposição da ordem simbólica, a participação em um esquema de categorias de pensamento construídas a partir da perspectiva dos dominantes, apresentando-se como naturais ou normais. O dominado passa a pensar e a ver a si mesmo de acordo com a maneira que o dominante deseja que isso ocorra. Essa imposição é uma forma de violência simbólica, cuja imagem materializada é frequentemente a da mulher como rainha do lar, satisfeita em amar o seu marido e ser amada por ele, protegida pelo homem e responsável pelos cuidados com os filhos.

Essa tensão ideológica se revela de forma cada vez mais acentuada entre jovens adultos, especialmente na Geração Z, a partir da observação de uma divisão clara. De

um lado, muitas mulheres dessa geração têm uma inclinação crescente para o progressismo; do outro, uma parcela significativa dos homens adota posturas mais conservadoras. Essa dicotomia reflete uma divergência de perspectivas e resgata uma longa história de normas sociais que, ao longo dos séculos, definiram e restringiram os papéis femininos.

Historicamente, as mulheres foram posicionadas de forma subordinada ao homem, uma condição legitimada por várias civilizações. Em muitas culturas antigas, elas eram tratadas como propriedade dos maridos, sem direitos de divórcio ou liberdade para tomar decisões pessoais. No século XVIII, na Anglo-América, a “literatura de conduta” moldava o comportamento esperado das mulheres, especialmente em contextos matrimoniais. Essas publicações promoviam o ideal da “mulher do lar”: casta, pura, submissa e obediente. Embora o casamento fosse formalmente uma escolha, na prática, ele era condicionado por uma estrutura social que limitava a autonomia feminina. A “virtude” da mulher era definida pela modéstia, abnegação e pelo papel de servidora do marido, vinculando seu bem-estar e felicidade à satisfação de seu parceiro.

Essa dinâmica é ainda mais complexa na família monogâmica tradicional, onde o homem é visto como o provedor e a mulher é esperada a aceitar sua superioridade. Esse respeito é exigido apenas na presença do homem; quando ele está ausente, a mulher assume o papel de cuidadora dos filhos, gerenciando a casa com a violência e as ameaças características de uma sociedade de classes. Nesse cenário, o comportamento das crianças é moldado por essa estrutura, e o isolamento do convívio com outras crianças traz implicações significativas para seu desenvolvimento. Para os filhos de classes abastadas, essa situação se traduz na introjeção da ideia de pertencimento à classe dominante, uma identidade que se forma desde cedo por meio do contato com serviços no espaço doméstico.

A intersecção dessas duas perspectivas ressalta como a sociedade patriarcal e a estrutura de classes se entrelaçam para sustentar a dominação masculina. A mulher, ao ser relegada a um papel subserviente, não apenas aceita a superioridade do homem, mas também se torna responsável por perpetuar essa estrutura entre as gerações. A imposição desses papéis, tanto no contexto familiar quanto nas normas sociais mais amplas, perpetua um ciclo de violência simbólica, no qual a mulher é levada a aceitar sua condição como natural e inevitável.

O movimento feminista, ao longo do tempo, emergiu para desafiar e romper essas amarras, abrindo caminho para a carreira, a independência financeira e a possibilidade de uma vida fora do matrimônio ou da devocão doméstica. Contudo, os desafios permanecem. Atualmente, com uma parcela dos jovens homens da Geração Z que abraçam valores conservadores, algumas jovens se sentem pressionadas a questionar ou até renunciar às escolhas de autonomia, como se qualquer caminho que não inclua o casamento e a vida doméstica fosse uma transgressão. Assim, a divisão entre progressismo e conservadorismo entre os jovens não se limita à política; ela representa uma disputa ideológica sobre a liberdade e os papéis predeterminados de gênero.

O debate sobre gênero e feminilidade, especialmente intensificado pelas redes sociais, é ainda enriquecido por abordagens teóricas como a de Judith Butler e pelo conceito de “heterossexualidade compulsória”. Butler propõe que a heterossexualidade, além de orientação sexual, atua como um regulador social, impondo um binarismo de gênero e sexo, no qual masculino e feminino se complementam em uma relação mutuamente definidora. Esse arcabouço normativo sustenta e legitima papéis de gênero tradicionais, e Butler observa que a “instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária” (Butler, 2018, p. 53). Essa estrutura reforça a ideia de que o ideal de feminilidade está ancorado em padrões heteronormativos, promovendo expectativas sociais que delimitam a identidade feminina dentro de moldes específicos.

A midiatização e o discurso conservador nas Redes Sociais

A imprensa, enquanto instituição histórica, detém um poder simbólico incontestável na construção de narrativas que moldam o imaginário social. Como observa Santaella (2003, p. 24), a mídia tem a capacidade de moldar o pensamento e a sensibilidade dos indivíduos, criando novos ambientes socioculturais que influenciam a percepção coletiva sobre o papel da mulher. Essa transformação adquire novas dimensões nas redes sociais, meio pelo qual influenciadores e lideranças políticas produzem discursos que promovem ou contestam valores conservadores, direcionando-se a públicos amplos e segmentados. Segundo Bourdieu, o capital social, ao entrelaçar interesses individuais em relações sociais, revela-se crucial na legitimação

de discursos que tentam redefinir o papel feminino, especialmente em ambientes digitais.

A ideia de “violência simbólica” de Bourdieu, descrita como uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento” (BOURDIEU, 2002, não paginado), torna-se evidente nas dinâmicas das redes sociais. Esse poder simbólico atua como uma força de construção da realidade (BOURDIEU, 1989), instituindo valores e hierarquias que, embora arbitrários, parecem naturais e espontâneos aos olhos dos agentes sociais. Dessa forma, o poder simbólico “faz ver e faz crer”, moldando a visão e a ação dos agentes sobre o mundo e, consequentemente, o próprio mundo, através de um “poder quase mágico” que só é efetivo quando ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Nesse contexto, as redes sociais exemplificam a dinâmica da sociedade do espetáculo, ao valorizar a autoexposição e a criação de narrativas de sucesso e “vidas perfeitas” por parte dos influenciadores. Como Bourdieu (1997) comenta, “as palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou simplesmente, representações falsas,” e essa seleção sensacionalista de conteúdos cria uma ilusão de proximidade e autoridade entre o público e os influenciadores. Isso permite a disseminação de ideais que frequentemente legitimam normas sociais conservadoras sob a aparência de autenticidade e empoderamento. A imagem que o indivíduo tenta transmitir de si ultrapassa a realidade, e a mídia se torna uma instituição com sua própria lógica, onde a influência do espetáculo mediado por palavras e imagens redefine o papel da mulher, aprisionando-a em padrões tradicionais enquanto tenta explorar uma aparência de liberdade e empoderamento.

A construção da feminilidade nas redes sociais expressa o embate entre conformidade e resistência, estabelecendo um campo de disputa entre visões conservadoras e progressistas. Em um ambiente onde os algoritmos amplificam discursos polarizados, a propagação de ideologias conservadoras molda a consciência coletiva contemporânea, promovendo uma visão de feminilidade que, ao mesmo tempo em que se apresenta como empoderadora, acaba por reforçar uma estética e um ideal limitante. Essa dinâmica ilustra o que Bourdieu (1989) chamou de “poder simbólico”, pois, sob o disfarce da espontaneidade e autenticidade, a violência simbólica é

perpetuada e naturalizada, reconfigurando o papel feminino de forma a atender interesses conservadores que se disfarçam de empoderamento.

Análise das redes sociais

Os meios de comunicação têm, portanto, um papel significativo na maneira como os papéis sociais são interpretados e reconstruídos, sobretudo nas redes sociais. Esse impacto se relaciona não apenas com a abrangência da cobertura midiática, mas com a forma como as plataformas digitais facilitam o acesso a diferentes modos de interação. Como aponta Debord (1997), vivemos em uma “sociedade do espetáculo”, onde a mercadoria e a aparência se sobrepõem à essência das relações sociais. Essa lógica do espetáculo transforma a imagem e a representação em uma nova realidade, na qual o ter e o aparentar substituem o ser. As experiências deixam de ser vividas em sua plenitude e tornam-se fragmentos artificiais e objetificados, contribuindo para a construção de uma realidade coletiva baseada em ficções e aparências.

Essa polarização se destaca nas redes sociais, especialmente em plataformas como TikTok e Twitter. Nelas, jovens que outrora se engajavam em discursos progressistas agora se aproximam de uma nova onda conservadora, movida pela insatisfação com o status quo e pelo anseio por normas familiares tradicionais. Esse contraste evidencia a complexidade da juventude contemporânea na busca por identidade política, seja pela defesa de direitos humanos ou pela valorização de modelos familiares tradicionais.

A promoção de uma “feminilidade tradicional” por influenciadoras nas redes sociais, como as “*tradwives*” nos Estados Unidos e as coaches de comportamento no Brasil, conecta-se ao papel da mídia como um veículo de normatização de valores conservadores. Embora não haja no Brasil, um movimento firmemente estabelecido, tal como observado nos Estados Unidos, no caso das *Tradwives*, verifica-se a ascensão de discursos pautados por uma moral conservadora amparada principalmente na visão cristã, em grandes plataformas de mídias sociais, como Tik Tok e Twitter. Grandes influenciadoras das redes digitais têm promovido postagens cujo teor fundamenta-se em uma concepção patriarcal e heteronormativa. São vídeos de dinâmicas e formatos variados, como gravações de rotinas familiares, ou “sessões” de conversa e aconselhamentos, que promovem uma espécie de interação entre seguidor e influencer, meios pelos quais têm sido disseminado uma narrativa que apela para o estabelecimento

do papel da mulher como mãe e dona de casa. Além disso, não é incomum encontrar vídeos cuja premissa é a indicação de orientações voltadas para firmar compromissos, como atrair a atenção masculina, entre outros conteúdos produzidos por mulheres, direcionados para a promoção de uma imagem da mulher a partir da visão masculina.

Esses vídeos apelam para uma concepção de feminilidade e elegância, visando atrair parceiros masculinos, a partir de performances de corpos femininos moldadas também por um viés cristão, que interfere nos gestos, nas práticas, nas roupas e adereços, retomando a uma visão de feminilidade tradicionalista, fechada e excludente e que foi amplamente rejeitada pela parcela progressista em décadas passadas. Embora, parte dos consumidores desses produtos midiáticos tenham raízes conservadoras, a propagação de um discurso de feminilidade amparado no reforço de aspectos delicados, frágeis e belos, ultrapassa as bolhas de conteúdos originalmente cristãos e conservadores, sendo base de novas tendências estéticas, que inicialmente apresentam-se inofensivas, mas têm sido utilizadas por grupos conservadores na disseminação do ser feminino a partir de um viés neoliberal e cristão.

Recentemente entre as tendências do mundo da beleza e da moda, houve um aumento da popularidade de peças cunhadas como roupas de alfaiataria, além do surgimento de uma nova estética conhecida como *clean girl*, cuja premissa está amparada na simplicidade, em cuidados faciais e corporais e na construção de narrativas a partir de símbolos que remetem à uma ideia de limpeza visual. As tendências citadas, a partir de uma análise superficial, não estão necessariamente ligadas ao recrudescimento do discurso conservador. Contudo, verifica-se, ligado ao boom das referidas inclinações estéticas, o combate e rechaço de outras estéticas, que refletem as pluralidades identitárias e, possíveis, posicionamentos políticos. É interessante pontuar que, dentre as formas de estilos rejeitados, existem alguns cujos elementos refletem e valorizam aspectos físicos e culturais de grupos minoritários como pretos e pardos, o que implica a reflexão sobre como as já supracitadas tendências não atendem só à ideia de padrão de feminilidade patriarcal e heteronormativo, mas também racial.

Essa promoção está ligada à ideia de que os discursos conservadores nas redes sociais encontram um meio de se proliferar sem serem reconhecidos como tais. No auge do discurso progressista e feminista nos anos de 2015, essa difusão se beneficiou do feminismo liberal, que embora tenha contribuído para importantes avanços em direção à igualdade de gênero, é frequentemente alvo de críticas justas. A abordagem do

feminismo liberal enfatiza a igualdade legal e a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, mas deixa de lado questões mais profundas relacionadas à estrutura patriarcal e às desigualdades sistêmicas.

Com a expansão das redes sociais e o avanço do discurso conservador, a análise do feminismo liberal revela-se insuficiente frente à profundidade e complexidade dos desafios contemporâneos. A superficialidade do discurso liberal, focado em conquistas individuais e na ascensão econômica, acabou sendo facilmente confrontada por essa nova onda conservadora, que mobiliza um discurso de restauração de valores tradicionais com forte apelo simbólico. Essa limitação leva a discussões rasas que, ao não questionarem de maneira mais ampla as estruturas de poder e opressão, tornam-se vulneráveis às críticas e à oposição conservadora.

Além disso, nas próprias redes sociais, surgem perfis de mulheres que, embora defendam pautas progressistas em algumas áreas, acabam promovendo visões conservadoras em outras. Como resultado, muitas vezes essas figuras, influenciadas por discursos contraditórios e pela violência simbólica que atua de forma invisível, adotam uma postura aparentemente progressista, mas que ainda está inserida em uma visão limitada da feminilidade e da liberdade.

Embora essas influenciadoras aparentemente retenham valores feministas, como observam Fraser (2019) e Biroli (2014), ao defenderem a presença feminina na política e no mercado de trabalho, o fazem com uma perspectiva limitada e conservadora, que relega o papel feminino à esfera doméstica. A teoria feminista crítica, como destaca Biroli (2014), contesta essa dicotomia entre a esfera pública (política) e a privada (doméstica), pois essa divisão delimita certas experiências femininas como apolíticas. Esse desafio enfrenta um dos grandes dilemas do feminismo atual: o neoconservadorismo, que simultaneamente acolhe e subverte a causa feminista, emergindo na esfera pública digital para reafirmar valores tradicionais em um discurso de inclusão.

Essa análise evidencia que, na intersecção entre o feminismo liberal e os discursos conservadores nas redes sociais, emerge uma dinâmica complexa que requer um exame crítico das narrativas que moldam a identidade feminina contemporânea. O desafio reside não apenas em desmantelar as narrativas que perpetuam a submissão, mas em construir um feminismo inclusivo que realmente atenda às necessidades de todas as mulheres, considerando suas diferentes experiências e contextos.

O discurso conservador online, embora apresentado de forma moderna, conecta-se a uma visão defendida por setores religiosos e pela política moralista. Em 2014, por exemplo, o termo “ideologia de gênero” foi utilizado durante o debate público sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo apontado como uma ameaça à “ordem natural” dos papéis de gênero (SOUZA, 2014, p. 193). Movimentos conservadores, especialmente de católicos e evangélicos, uniram-se para impedir que a igualdade de gênero fosse incluída nas diretrizes do PNE, alegando que a “ideologia de gênero” provocaria uma desvalorização do casamento e da família. Tal visão, ao rejeitar a igualdade e reafirmar papéis específicos, continua influente, promovida agora por coaches e influenciadoras que defendem a “energia feminina” como um atributo que torna a mulher mais atraente quando se alinha a padrões de docilidade e devoção doméstica.

A reação conservadora atual, geralmente pautada pela “defesa da família”, foca em contrariar ideais progressistas que questionam papéis de gênero tradicionais. Biroli (2020) aponta que essa coalizão conservadora utiliza as redes para disseminar uma visão hierárquica e excludente, desqualificando arranjos familiares diversos e opondo-se a papéis femininos além dos de mãe e esposa. Na Câmara dos Deputados, em 2013, o termo “ideologia de gênero” foi introduzido para demarcar uma posição em prol da família tradicional, incluindo propostas legislativas que visavam impedir políticas de igualdade de gênero (LACERDA, 2019). Esse discurso conservador, ao advogar pela “vida e valores cristãos”, reforça uma divisão rígida entre público e privado, idealizando um papel feminino incompatível com a liberdade e igualdade buscadas pelo feminismo contemporâneo.

Conclusão

As décadas iniciais do século XXI apresentam, a partir de um viés progressista, avanços nas discussões e garantia de direitos para grupos minoritários e usualmente marginalizados, incluindo questões de caráter feminista, que versam sobre a liberdade da mulher, a garantia de equidade e a superação de padrões estéticos tradicionais, relacionados à visão de mundo fundamentada em conceitos de uma sociedade patriarcal e heteronormativa. Verifica-se uma participação ativa da juventude nos debates sobre esses e outros temas, inclusive a partir de meios sociais, plataformas as quais eram utilizadas pelos campo progressista para promover engajamento e disseminação de

informações e diálogos que priorizasse em suma, a afirmação e aplicação dos direitos humanos.

Contudo, em meados da década de 2010, observa-se o recrudescimento do viés conservador, tendência identificada em diversos países, e que além de promover o neoliberalismo, está fortemente atrelada ao discurso fundamentalista religioso cristão. Dessa forma, os ataques e discursos desses grupos alinhados com a direita, estão centrados na promoção dos direitos humanos, na liberdade e pluralidade identitária defendida pelo campo progressista. A narrativa conservadora apresenta a diversidade de identidades, a emergência dos direitos concedidos aos grupos minoritários, como causa da falência das estruturas que sustentam o Estado. A partir disso, a solução que promoveria o “salvamento” do Brasil, reside no estabelecimento do núcleo familiar heteronormativo e patriarcal, como base para as estruturas sociais, em conjunto com medidas e práticas neoliberalistas.

A disseminação dessas ideias, são perpetradas através de inúmeras plataformas, incluindo as redes sociais. Usualmente os conteúdos voltados para este objetivo são claramente identificáveis, consistindo no ataque aos partidários, militantes e discursos de esquerda, utilizando em alguns casos de *Fake News*, visando a cooptação de pessoas. Contudo, verifica-se a partir da análise empreendida, o emprego de outras estratégias e narrativas, por parte de grupos conservadores, em busca da promoção de seus ideais, mais especificamente na afirmação de um padrão de gênero atribuído à mulher a partir da perspectiva cristã do mundo.

Identifica-se recentemente conteúdos amplamente populares e disseminados nas redes sociais, voltados para o fomento de comportamento e performatividade das mulheres em relação à maternidade e ao cuidado da casa. Grandes perfis de influenciadores promovem vídeos de suas rotinas e, consequentemente, de um discurso que retoma fortemente à imagem da mulher ao papel de mãe, atuante e pertencente ao espaço privado e submisso no seio familiar. Paralelo à propagação dessas produções sociais midiáticas, é interessante refletir sobre o processo de descrimilização do aborto, temática que no seio das discussões políticas, não avança em sentido positivo, e em um mecanismo de reafirmação da maternidade como elemento intrínseco à mulher, apresenta retrocesso ao estatizar esses corpos. Dentro dessa esfera, encontram-se também nesses produtos, orientações cujo objetivo reside em atrair parceiros homens, a

partir de uma estética pensada na imagem contrária do conceito atribuído à masculinidade.

Para além dos materiais relacionados à relação da mulher com a maternidade, verifica-se em tendências estéticas, traços que remetem à concepção conservadora e binária de feminilidade. Há um reforço de consumo de produtos cujos aspectos remetem à fragilidade, delicadeza e beleza, e em alguns casos, ao minimalismo visual, elementos que têm fomentado discursos negativos em relação à estéticas diferentes, plurais e em alguns casos, raciais. Aparentemente inofensivas, essas tendências carregam traços que conformam com o padrão de mulher idealizado pela ótica cristã, de forma que mulheres que não perfomem de acordo com esse ideal, sejam, por vezes excluídas e ridicularizadas.

A partir do teor das recentes tendências observadas nas plataformas sociais, evidenciando aspectos de feminilidade arcaica e tradicionalista, muitos jovens têm sido cooptados e desta forma reproduzindo padrões de conformidade com ideias conservadores. Acompanhar as tendências atuais expressa uma sensação ilusória de liberdade, a partir da premissa que exprime o direito de escolhas das pessoas, garantia essa que é realmente uma prerrogativa dos indivíduos que compõem a sociedade. Contudo, o perigo reside quando esses modelos estéticos tornam-se excludentes, e reforçam padrões e pressões de moda correlacionados com o modelo heteronormativo, patriarcal e racial conservador, alvo de combate do campo progressistas, outrora superado, mas que retorna com o avanço de grupos de direitas. É um discurso constantemente encontrado em redes sociais, em perfis de jovens e adolescentes, disparando alertas na esfera progressista quanto ao futuro das causas identitárias, dos grupos minoritários e dos direitos humanos.

O presente trabalho não encerra a análise do tema em questão, mas consolida-se na gênese dos estudos direcionados ao uso das redes sociais como fontes históricas, campo incipiente e que demanda à historiografia, a necessidade de organizar os aportes teóricos e metodológicos considerando o panorama moderno de dados oriundos das plataformas digitais. Além disso, constata-se também a importância de empreender outras análises sobre o assunto a partir de um viés quantitativo, que providencie novas perspectivas sobre o tema.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2010.
- ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun.2017. e-ISSN 2358-4238.
- QUEIROGA, Cíntia Silva; BARONE, Leda Maria Codeço; COSTA, Beethoven Hortencio Rodrigues da. Uma breve reflexão sobre a formação das massas nas redes sociais e a busca por um novo ideal do eu. J. psicanal., São Paulo , v. 49, n. 91, p. 111-126, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352016000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 nov. 2024.
- HADDAD, Maria Irene Delbone et al.. Judith butler: performatividade, constituição de gênero e teoria feminista.. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30620>>. Acesso em: 04/11/2024 11:25
- FERREIRA, G. L. O direito à comunicação e as mulheres na política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil. 2021. 388 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasilia, 2021.
- FRASER. N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA H. B (org.) Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BIROLI, F.; MACHADO, M.D.; VAGGIONE, J. Gênero, neoconservadorismo e democracia:disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, F.O público e o privado. In: Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. Estudos de Religião, v. 28, n. 2, p. 188-204, 2014.
- Salih, S. (2012). Judith Butler e a Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-Humano.
Revista Famecos, Porto Alegre, n. 22, p. 23-32, 2003.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.